



As Novas Rotas da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina

The New Silk Roads: geopolitical implications of Chinese investments in Latin America

DOI: 10.21530/ci.v14n3.2019.921

Anna Carletti¹

Ricardo Lopes Kotz²

Gabrielly Jacques Correia³

Resumo

A Nova Rota da Seda, denominada Belt and Road Initiative (BRI), consiste em um plano de investimentos proposto pela China, englobando 65 países, compreendendo aproximadamente 62% da população e 30% do PIB global. A BRI é a principal iniciativa de política externa do governo Xi Jinping, resultando em uma visão estratégica para a projeção global do país. A pesquisa pretende identificar os principais impactos geopolíticos da Nova Rota da Seda para a América Latina, através do estudo de caso da ferrovia bioceânica planejada entre Brasil, Bolívia e Perú. Os resultados preliminares permitem inferir que tal investimento é fundamental para a China devido à exportação de recursos naturais estratégicos para a manutenção do ritmo de desenvolvimento de sua economia no longo prazo.

Palavras-chave: China; Brasil; América Latina; Belt and Road Initiative; Ferrovia Bioceânica.

1 Professora Associada no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Possui graduação em Línguas Estrangeiras Modernas — pela Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (1996), Especialização em História da China e da Ásia Oriental pela I.S.I.A.O de Roma. É Doutora em História pela UFRGS (2007), Pós-Doutora em Ciência Política pela mesma instituição (2011).

2 Mestrando em Estudos Contemporâneos da China pela Renmin University of China (Suzhou). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Estratégia e Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais pela UNIPAMPA.

3 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Artigo submetido em 23/03/2019 e aprovado em 02/09/2019.





Abstract

The New Silk Road, known as the Belt and Road Initiative (BRI), consists of an investment plan proposed by China, encompassing 65 countries, comprising approximately 62% of the world's population and 30% of global GDP. The BRI is the main foreign policy initiative of the Xi Jinping government, resulting in a strategic vision for the global projection of the country. The research aims to identify the main geopolitical impacts of the New Silk Road in Latin America, through the case study of the bioceanic railway between Brazil, Bolivia and Peru. The preliminary results point to the fact that such investments are fundamental for China due to the access to strategic natural resources that are important in order to maintain the pace of development of its economy in the long term.

Keywords: China; Brazil; Latin America; Belt and Road Initiative; Bioceanic Railway.

Introdução

A Nova Rota da Seda, também denominada *Belt and Road Initiative* (identificada sob o acrônimo BRI) foi um projeto anunciado oficialmente pelo presidente chinês Xi Jinping no ano de 2013. A BRI compreende a *Silk Economic Road* (componente terrestre), que engloba a Eurásia continental e a *Maritime Silk Road*, uma rota marítima que ligará os portos chineses no sudeste asiático a países da Costa Africana, passando pelo Oceano Índico, pelo Canal de Suez, chegando até o Mediterrâneo (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2015). No ano de 2018, o mandatário Xi Jinping sinalizou que a BRI compreende igualmente a América Latina.

A BRI é um vasto plano de integração econômica e de infraestrutura, que engloba cerca de 65 países⁴, compreendendo aproximadamente 62% da população global e 30% do PIB mundial (BANCO MUNDIAL, 2018a). Desde o ano de 2013, 900 projetos entraram em negociação, com valores que chegam ao montante de US\$ 890 bilhões. A China afirma que os investimentos na iniciativa alcançarão o montante de aproximadamente US\$ 4 trilhões (THE ECONOMIST, 2016a).

Relatórios estratégicos elaborados pela academia chinesa apontam que a Iniciativa deverá se estender por um período de 30 a 40 anos (ROLLAND, 2017). Segundo o Plano de ação para a Consolidação da Belt and Road Initiative (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2015), novos países podem se integrar à

4 Este número corresponde a uma estimativa advinda dos projetos atualmente em negociação. Para uma análise específica dos projetos, além de previsões quanto aos possíveis riscos, ver The Economist, (2016b).





BRI em qualquer momento, demonstrando potencialidades para a América Latina e para o Brasil.

As primeiras relações diplomáticas entre a República Popular da China (RPC) e os países da América Latina foram estreitadas de forma tardia na segunda metade do século XX. Mas é apenas no século XXI que tais relações passam a crescer de forma exponencial. Com a virada do milênio, a política externa chinesa sinaliza uma mudança importante: a passagem de uma diplomacia caracterizada predominantemente por relações bilaterais para uma diplomacia pautada em sua participação ativa junto aos diversos organismos multilaterais.

Na ocasião da segunda reunião ministerial do Fórum de Cooperação China-CELAC, no ano de 2018, a China convidou oficialmente a América Latina para participar da BRI, fator que destaca a importância deste artigo (MRE 2018a; MRE, 2018b), cujo objetivo é identificar os principais impactos geopolíticos da Nova Rota da Seda para a América Latina, bem como potencialidades aportadas pela cooperação da China com os países da região.

O problema da pesquisa aborda a projeção da China na América Latina, a partir da Belt and Road Initiative: considerando a conjuntura da BRI, quais são as características da influência chinesa na América Latina?. Os condicionantes e desdobramentos dos investimentos chineses na região são analisados a partir do enfoque teórico da geopolítica e do estudo de caso selecionado da ferrovia bioceânica, que passa por três países.

Será realizada uma síntese da abordagem de dois importantes teóricos da geopolítica: Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Halford Mackinder (1861-1947), visto que a Nova Rota da Seda compreende a projeção simultânea da China, através de eixos terrestres e marítimos, visando enfatizar a importância destas diferentes categorias para o repositório de recursos de poder de um Estado. Além disso, o conceito de esfera de influência regional é utilizado de modo a analisar a presença da China na América Latina.

Os procedimentos de pesquisa utilizam a revisão bibliográfica e análise documental compreendendo o período de 2001-2016, buscando integrar a visão de teóricos ocidentais à visão de analistas chineses sobre o tema. Utilizam-se, igualmente, documentos oficiais do governo da República Popular da China e fontes provenientes de órgãos oficiais ligadas aos diferentes governos latino-americanos. Este artigo discute o caso da ferrovia bioceânica planejada entre Brasil, Bolívia e Peru, como referência para a compreensão das implicações geopolíticas dos investimentos chineses na região.





Segundo Bennett (2004) e Meyer (2001), a metodologia selecionada é adequada para o estudo de fenômenos contemporâneos e/ou recentes, sobre os quais ainda não exista um grande corpo de literatura. Além disso, o método é adequado para a criação de pesquisas envolvendo temas amplos, complexos e que contém diversas variáveis, com o objetivo de prover uma explicação geral e detalhada sobre um objeto de estudo no seu contexto geográfico e temporal (HARRISON; BIRKS; FRANKLIN; MILLS, 2017).

As conclusões preliminares permitem inferir que a BRI deverá se tornar importante para a manutenção do ritmo de crescimento da economia chinesa no longo prazo (ROLLAND, 2017), fator que está diretamente ligado à estabilidade política e à coesão social do país (KROEBER, 2016). Neste sentido, o acesso aos recursos naturais da América Latina pode ser visto como um objetivo estratégico da China. O aprofundamento das relações econômicas, sobretudo na questão dos investimentos, é um fator importante para a projeção da influência chinesa na região.

O contexto econômico e político contemporâneo é uma importante justificativa para a relevância deste trabalho, tanto para o meio acadêmico quanto para os formuladores de políticas públicas. O montante acumulado dos investimentos estrangeiros diretos da China na América Latina no período de 2000-2017 foi de US\$ 109.1 bilhões de dólares (DUSSEL-PETERSa, 2018). Além disto, o comércio entre a China e a América Latina, medido em termos de valor, cresceu 22 vezes no período de 2000-2013, média anual de 27% (CEPAL, 2015).

Adicionalmente, a República Popular da China é o principal parceiro comercial do Brasil desde o ano de 2009. O estoque de investimentos estrangeiros diretos realizados pela China no Brasil no período de 2010 a 2016 totaliza US \$ 44 bilhões, através de 79 empresas chinesas (CEBC, 2018). Nesse sentido, sob a perspectiva latinoamericana é fundamental entender a projeção global dos investimentos chineses através do BRI, com o objetivo de identificar áreas onde possa haver cooperação e, igualmente, áreas nas quais interesses conflitem.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e da conclusão: a primeira trata da geopolítica como importante ferramenta teórica para enquadrar a análise dos investimentos chineses na América Latina. A segunda seção versa sobre a Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*), apresentando os seus aspectos gerais e os princípios que regem a iniciativa. A terceira seção trata das relações estabelecidas entre a República Popular da China e a América Latina, que evolui da esfera bilateral para o âmbito multilateral. A quarta seção





apresenta o estudo de caso da ferrovia bioceânica Brasil, Peru e Bolívia. Por fim, a conclusão realiza a discussão sobre a geopolítica na América Latina no que tange às relações com a China.

Análise geopolítica: a importância do poder terrestre e do poder marítimo

A geopolítica é um campo teórico surgido no século XIX. O termo geopolítica foi cunhado oficialmente por Rudolf Kjellén (1864-1922). Definições tradicionais envolviam: “a teoria do Estado enquanto organismo geográfico ou fenômeno espacial”⁵ (COHEN, 2015, p. 24, tradução nossa). Posteriormente, outros definiram o campo como sendo “o estudo das Relações Internacionais através de uma perspectiva geográfica”⁶ (COHEN, 2015, p. 15-16, tradução nossa).

Por outro lado, Cohen define hodiernamente a geopolítica como “a análise da interação entre, por um lado, os ambientes geográficos e suas perspectivas e, por outro lado, os processos políticos”⁷ (2015, p. 16, tradução nossa). Portanto, a geopolítica faz uso de recursos naturais ou elementos geográficos para atingir objetivos políticos. Ou, ainda, pode servir como uma lente de análise para verificar de que forma os fatores geográficos influenciam as ações políticas. Deste modo, a geopolítica visa identificar os espaços geográficos onde é exercido o poder e quais dinâmicas afetam a sua concentração ou dispersão (COHEN, 2015).

Uma visão teórica através das lentes da geopolítica pode prover explicações acerca de tendências estruturais do sistema internacional. Em essência, a capacidade de agência estatal é limitada pelos parâmetros físicos impostos pela geografia, porém não se trata de um fatalismo determinista, como Kaplan se preocupa em demonstrar⁸: “Ela [a Geografia] age como a distribuição de poder econômico e poder militar, constituindo um grande constrangimento e/ou um grande instigador na ação dos Estados” (KAPLAN, 2012, p. 30).

Mahan (2004) produziu um tratado acerca da influência do poder naval na história e, sobretudo no que tange à formação da América do Norte e da Inglaterra,

5 Texto original: “the theory of the state as a geographical organism or phenomenon in space”.

6 Texto original: “the study of international relations from a spatial or geographical perspective”.

7 Texto original: “the analysis of the interaction between, on the one hand, geographical settings and perspectives and, on the other, political processes”.

8 Texto original: Geography informs, rather than determines. Geography, therefore, is not synonymous with fatalism. But it is, like the distribution of economic and military power themselves, a major constraint on—and instigator of—the actions of states.





enquanto potências de influência global. O autor traz diversos exemplos históricos para confirmar a sua tese acerca da importância do poder naval. A grande mobilidade permitida pelo ambiente marítimo é a primeira grande vantagem que o distingue do poder terrestre. Adicionalmente, o transporte de mercadorias por vias marítimas acarreta custos menores, o que configura outra vantagem (MAHAN, 2004).

As principais condições que afetam o poder naval das nações são: a posição geográfica, a formação física do local (incluindo o clima e a produção local), a extensão territorial, a população, o caráter das pessoas (aqui o autor enfatiza o sucesso dos povos com maior inclinação para atividades de comércio) e o caráter do governo (o que inclui as instituições estatais). Como é possível perceber, a geografia tem um peso considerável nas análises de Mahan (2004), visto que os três primeiros fatores que conferem poder a uma nação dependem de fatores geográficos.

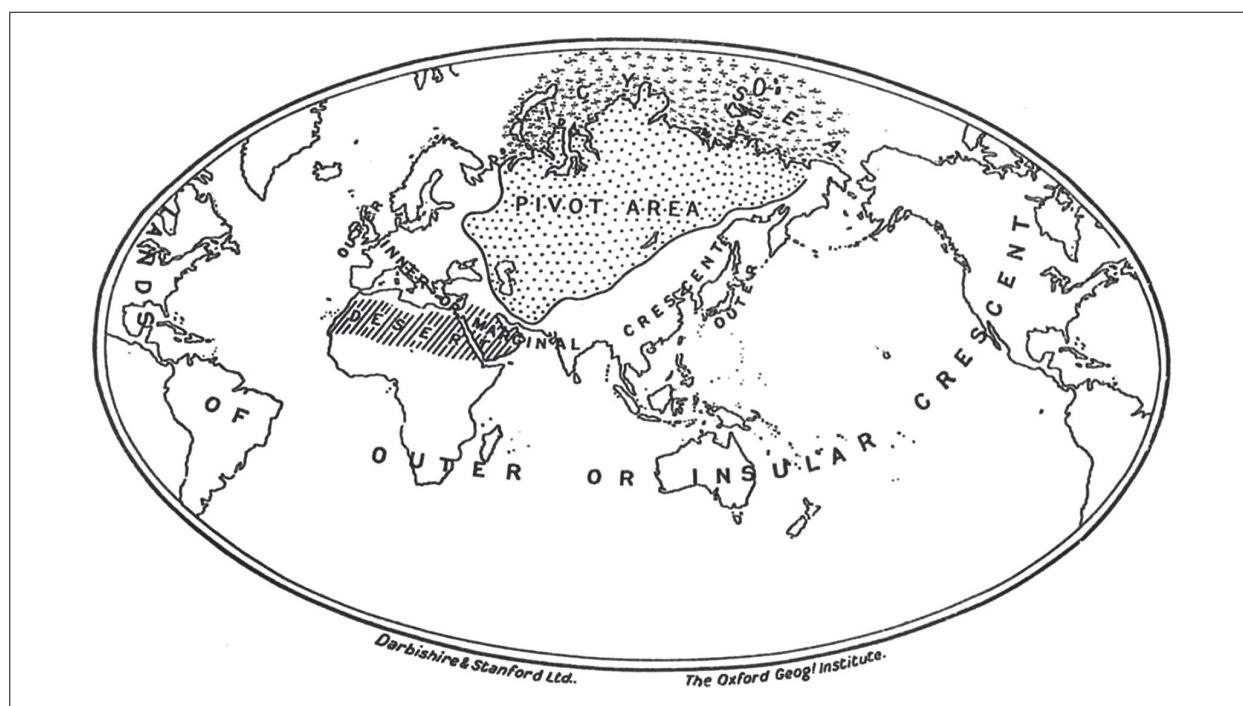
Por outro lado, Mackinder (2004) realça a importância da acumulação de recursos que permitam o desenvolvimento do poder terrestre como meio de ação para as potências no sistema internacional. O autor destaca, especificamente, a importância da Eurásia, devido à abundância de recursos naturais e energéticos, além da importância logística e geoestratégica desta massa continental (PETERSEN, 2011).

A *Heartland*, inicialmente denominada pelo autor como zona pivô, consiste na área central da Eurásia. De forma aproximada, é possível afirmar que esta região se estende desde a Europa Oriental até os limites da Ásia Oriental. De norte a sul, seus limites compreendem desde a linha do Círculo Ártico até os desertos e montanhas da Ásia Meridional. A Eurásia possui massas aquáticas de importância estratégica e comercial tais como o Mar Báltico, o Mar Negro, o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico (KAPLAN, 2012).

Mackinder (2004) afirma que a potência que fosse capaz de exercer influência sobre a *Heartland* teria maior capacidade de projeção de poder a nível global. O exercício de poder terrestre sobre a Eurásia tem um potencial de produzir um repositório de recursos e bens que, se associado a um poder marítimo, acarretará possibilidades de alteração da balança de poder do sistema internacional. Isto permitiria desenvolver meios para tentar controlar as regiões que possuem áreas costeiras em seus territórios, produzindo um poder anfíbio, capaz de enfrentar o poder marítimo das potências insulares: nos primórdios a Grã-Bretanha e, posteriormente, os EUA (PETERSEN, 2011).

De acordo com esta visão, a potência que conseguisse dominar a *Heartland* teria capacidade de dominar a *World-Island*, que se define como a região que engloba a Europa, a Ásia e a África, obtendo conseqüentemente uma supremacia de recursos que poderiam ser convertidos em poder efetivo (MACKINDER, 2004).



**Figura 1 – A organização geopolítica do mundo segundo Mackinder**

Fonte: Mackinder (2004, p. 312).

Mackinder (2004) tratava poder definido em termos duros, através de contingente populacional, recursos militares e a eficiência do uso do poder militar. Entretanto, para os propósitos deste artigo, será adotado o conceito de poder derivado de bases weberianas, como sendo a capacidade de maximização da própria vontade, independentemente da vontade de terceiros. Poder é compreendido, então, como a capacidade de influenciar outros atores sociais de modo a atingir objetivos particulares, resultando, muitas vezes, em um curso de ação que não seria tomado originalmente pelos atores terceiros se não houvesse o exercício desta influência. Portanto, o conflito de vontades leva ao exercício do poder (GUZZINI, 2007). Similarmente, Xueting (2014) faz uma diferenciação entre o poder e a força de uma nação. O poder seria a capacidade de exercer influência nas ações de outros Estados, enquanto a força equivaleria às capacidades materiais brutas do Estado em questão.

Devemos ressaltar que, para o escopo desta análise, não trataremos de fatores como a dominação territorial propriamente dita. Usaremos, por outro lado, o conceito de esfera de influência regional, que não implica em dominação política ou econômica, mas sinaliza um equilíbrio de forças no qual os Estados pertencentes a determinada região concedem deferências aos interesses da potência dominante, no que diz respeito à formulação de suas próprias políticas públicas (BRZEZINSKI, 1997).



Similarmente, Hast (2014) define o surgimento do conceito de esfera de influência como um dos produtos da obra de Mackinder e da demarcação da *Heartland* (MACKINDER, 2004). Hast (2014) discute as implicações deste conceito para a política internacional contemporânea através de uma ótica construtivista, visando mitigar a visão pejorativa que foi associada ao uso do termo no contexto da Guerra Fria. Na sua atualização do conceito, a autora afirma que uma esfera de influência deve ser construída através das dimensões políticas e discursivas, além das ações econômicas. Assim, o uso direto do poder duro, através da dimensão militar, seria antitético à formação de uma esfera de influência, estando associado à dominação pura e simples. Na visão da autora, o respeito à soberania é um dos aspectos mais importantes para a definição do conceito.

As Novas Rotas da Seda ou Belt and Road Initiative (BRI)

A *Belt and Road Initiative* é a principal iniciativa de política externa do governo Xi Jinping e consiste em um projeto estratégico que expressa o aprofundamento da inserção internacional da China (FERDINAND, 2016; ROLLAND, 2017). O mapa, representado na Figura abaixo, sintetiza o eixo terrestre e o eixo marítimo previstos no arcabouço inicial das Novas Rotas da Seda, além de delinear os corredores econômicos previstos pela Iniciativa:

Figura 2 – Mapa dos componentes terrestres e marítimos da Rota da Seda



Fonte: The Economist (2016a).



A BRI se divide em seis corredores econômicos: 1) a Nova Ponte Terrestre Eurasiática (que chegará até o território europeu); 2) o eixo China-Mongólia-Rússia; 3) o eixo central China-Ásia Ocidental (perpassando o Oriente Médio); 4) o eixo da Península China-Indochina; 5) o eixo do Corredor Econômico China-Paquistão e, finalmente, 6) o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia e Mianmar.

A iniciativa tem como objetivos o aumento da conectividade global, a alocação eficiente de recursos e a coordenação de políticas econômicas, de modo a promover uma arquitetura de cooperação que seja aberta, inclusiva e que estimule o desenvolvimento conjunto dos países envolvidos no processo. Estes objetivos serão alcançados através da construção de capacidades, através da cooperação financeira, da liberalização do comércio e de investimentos (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2015). Para isto, o projeto possui cinco principais eixos de atuação: 1) comunicação, 2) conectividade (infraestrutura de transporte), 3) aumento dos fluxos monetários, 4) facilitação do comércio e 5) migração (SARVÁRI; SZEIDOVICZ, 2016).

A construção de ferrovias de alta velocidade parece ser o foco inicial da BRI. A China já possui experiência neste setor, tendo construído internamente 16.000 km de ferrovias de alta velocidade que passam pelos mais variados relevos e climas (JI, 2015). A China possui 121.000 quilômetros de ferrovias, constituindo 60% do total global e possui o objetivo de estender a sua rede de ferrovias de alta velocidade para um total de 30.000 quilômetros, incluindo os países situados em seu espaço regional imediato (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2016).

Documentos oficiais do Estado chinês afirmam que o comércio entre a China e os países que compõem a *Belt and Road* excedeu o montante de US\$ 3 trilhões no período entre 2014-2016. O mandatário afirma ainda que a China estabeleceu 56 zonas econômicas de cooperação e comércio preferencial em mais de 20 países neste mesmo período (XI JINPING, 2017). Estima-se que os países situados ao longo da Nova Rota da Seda necessitem de US\$ 8 trilhões de investimentos em infraestrutura para o período de 2010-2020 (JI, 2015).

O discurso oficial do Estado chinês (STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2015) visa promover a Nova Rota da Seda como um projeto pacífico, porém pragmático, de aumento da influência global da China, através da promoção do desenvolvimento pela construção de infraestrutura (SARVÁRI; SZEIDOVICZ, 2016).

O mandatário Xi Jinping pretende promover a construção de um ordenamento com a China liderando certos espaços, sem tentar substituir o sistema estabelecido pela hegemonia norte-americana. Para os interesses chineses, é melhor manter a





iniciativa sob o sistema global de defesa dos EUA e, a partir dessa base, expandir suas oportunidades econômicas e estratégicas (JI, 2015; ROLLAND, 2017).

O enquadramento e os princípios promovidos através da iniciativa servirão como base importante para que a BRI consiga, efetivamente, consolidar sua legitimidade perante os países integrantes. Este processo envolve não apenas a projeção de poder econômico, mas é influenciado pelos interesses e pelo modo como o poder é exercido, constituindo, fundamentalmente, um processo de barganhas e negociações. Deve haver uma noção geral de que os princípios promovidos pela China beneficiam os outros componentes do sistema internacional. A China deverá empregar recursos materiais aliados ao esforço político-diplomático para consolidar a BRI (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

Conforme afirmamos anteriormente, durante a segunda reunião ministerial do Fórum de Cooperação China-CELAC, no ano de 2018, a China convidou oficialmente a América Latina para participar da BRI. Armony, Perez e Shoujun ressaltam:

A One Belt, One Road Initiative, lançada em 2013, é, nesta perspectiva, coerente com o potencial efetivo das empresas chinesas no âmbito global e especificamente na América Latina. (...) no âmbito regional, a América Latina deveria investir em média cerca de 5% de seu PIB em infraestrutura, enquanto os investimentos efetivos ficaram bem abaixo de 3% do PIB nas duas últimas décadas. Portanto, esta é uma área de extrema importância para o futuro da região (ARMONY ; PEREZ ; SHOUJUN, 2018, p. 10, tradução nossa⁹).

A próxima seção apresentará o contexto histórico das relações entre a China e a América Latina, possibilitando analisar sua evolução até o atual contexto dos investimentos em infraestrutura, no século XXI.

A política da República Popular da China para América Latina no século XXI

A partir do governo de Deng Xiaoping, no final da década de 1970, a China começou a fortalecer a sua política externa, principalmente frente aos Estados Unidos da América e ao modelo político-econômico que este país passou a representar desde

9 Texto original: “The One Belt One Road Initiative launched in 2013 is, from this perspective, coherent with the effective potential of Chinese firms globally and specifically in LAC. (...) as a region LAC should be spending around 5 percent of its GDP in infrastructure, while effective spending has been well below 3 percent of GDP in the last two decades. Therefore, this is an area of utmost importance for the future of the region.”





o fim da Segunda Guerra Mundial. Devido a retomada das relações diplomáticas com os EUA, a RPC passou a se abrir para o mundo e, conseqüentemente, para os países da América Latina e do sul global. Durante esse período cresceu o interesse na região latino-americana, dada a abundância em recursos naturais do continente, indo ao encontro das necessidades chinesas para o desenvolvimento nacional.

Com a détente sino-americana, a China teve sucesso em estabelecer relações diplomáticas com grande parte dos países da América Latina, as quais, a partir de então, foram conduzidas independentemente das características políticas dos Estados, ao contrário do que se praticava ainda na década precedente (BECARD; DA LUZ, 2010, p. 82).

O movimento de abertura diplomática para com os países da região iniciou por Mao Zedong logo na virada da década de 1970, segundo Rodriguez, com o estabelecimento de relações “com 11 países da América Latina e do Caribe: com o Chile, o Peru, México, a Argentina, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Venezuela, o Brasil, Suriname e Barbados” (RODRIGUEZ, 2016, p. 21). Posteriormente, Deng Xiaoping executou uma política externa pragmática, buscando maiores parcerias político-diplomáticas e econômicas (RODRIGUEZ, 2016,).

Na década de 1980, o relacionamento entre o Estado chinês e a região foi ganhando espaço. Deng Xiaoping pareceu entender a relevância estratégica e econômica que a região latino-americana representava. O governo chinês primou, na década de 1980, por um relacionamento com os países latino-americanos construído através de diferentes vias (RODRIGUEZ, 2016). Neste sentido, Cesarin (2008) complementa:

Ao longo da década de 1980, as relações consistiam principalmente de contatos políticos bilaterais e programas de intercâmbio cultural. A China — uma economia em transição — era economicamente menos relevante para os formuladores de políticas da América Latina, que enfrentavam questões mais complexas, incluindo uma crise da dívida externa e os desafios internos decorrentes dos processos de democratização. No entanto, no final da década, o impressionante desempenho econômico da China abriu novas maneiras de expandir o relacionamento (CESARIN, 2008, p. 17, tradução nossa¹⁰).

10 Texto original: “Throughout the 1980s, the relationship mainly consisted of bilateral political contacts and cultural exchange programs. China—a transitional economy—was less economically relevant for policy makers in LAC, who were confronting more complex issues, including a foreign debt crisis and the domestic challenges of the democratization process. However, by the end of the decade, China’s impressive economic performance opened new ways to expand the relationship”.





A partir de uma visão Sul-Sul, a política chinesa se aproximou de países como Brasil e Chile, em função dos ganhos econômicos que a relação representava, bem como em função da abertura que vinha sendo promovida no sistema chinês. Nesta fase, alguns fatores que serviram para manter o distanciamento entre as regiões perderam força, como a proeminência norte-americana e a distância geográfica. A premissa da cooperação compôs parte importante do desenvolvimento chinês e possibilitou realizar uma aproximação com outros países em desenvolvimento. A relevância política que a América Latina e o Caribe ganharam com a nova postura chinesa foi, segundo Rodriguez (2015), consequência da política de impossibilitar a influência de Taiwan na região

A partir dos anos 1990, as relações entre a China e a América Latina cresceram significativamente, mediante visitas e acordos oficiais que abrangeram desde questões comerciais e econômicas, além da cooperação tecnológica. Houve, neste período, uma rápida expansão da política externa chinesa para a América Latina, visando à obtenção de recursos naturais para fomentar o seu processo de desenvolvimento econômico. Conforme afirmam Pereira e Carvalho: “A progressiva presença chinesa nas Relações Sul-Sul reflete fatores pragmáticos, como as necessidades internas do país (que são cada vez maiores) e a garantia de uma estabilidade política e econômica” (PEREIRA; CARVALHO, 2015, p. 73).

Conforme Marcos Lima e Ferreira da Silva destacam: “Houve uma importante reorientação no que diz respeito ao alinhamento internacional, no qual as relações verticais, ou centro-periferia, perderam primazia em favor da ampliação das interações horizontais ou Sul-Sul” (Lima; Silva, 2016; p. 43). Para os países latino-americanos, a intensificação de relações políticas e econômicas com a China resultou em novas oportunidades de desenvolvimento regional.

No que diz respeito às organizações multilaterais da América Latina e Caribe, de acordo com Cidade (2016), a China marcou forte presença em todos os organismos regionais do continente latino-americano. É o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA), que aceitou a China como Observador Permanente em maio de 2004. Da mesma forma, a China obteve o status de Observador Permanente na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e no Parlamento Latino-Americano (Parlatino). Em 2015, a China e a Comunidade dos países Latino-americanos e Caribenhos criaram o Fórum China-CELAC, cuja primeira reunião aconteceu em Pequim, em julho de 2014.





De fato, como versa Shoujun Cui (2016), o novo século XXI marca o início de uma estratégia diplomática chinesa que enfatiza, principalmente, três elementos: o aumento pacífico da China como poder regional e mundial, o conceito de um mundo multipolar e a visão chinesa das Organizações Internacionais como principais instrumentos da política externa.

É neste contexto que a China decidiu rever suas prioridades na política externa e inaugurou uma nova fase nas relações com a região latino-americana e caribenha, enquadrada no âmbito da cooperação sul-sul. Tal relação enfatiza a importância da agenda conjunta de paz e desenvolvimento, visando uma participação mais ativa dos países emergentes na atual ordem mundial. As duas regiões compartilham o desejo comum de reforma da ordem mundial existente e percebem o estreitamento de parcerias estratégicas entre os emergentes como um meio privilegiado para alcançar seus objetivos. Melhorar as relações políticas entre países emergentes é considerada condição *sine qua non* para expandir as relações econômicas de seus países.

Demonstração disso são as viagens oficiais realizadas a diversos países da América Latina e Caribe pelos presidentes da RPC. De fato, de 2001 até 2010, os presidentes da República Popular da China visitaram os países da América Latina e Caribe seis vezes. Em maio de 2001, o então presidente Jiang Zemin visitou Chile, Brasil, Argentina, Cuba, Uruguai e Venezuela. No ano seguinte, em 2002, o mesmo presidente realizou viagem para o México. Seu sucessor, Hu Jintao, realizou 4 visitas à América Latina no período de 2004 a 2010. Em 2004 visitou Argentina, Brasil, Chile e Cuba, em 2005 o México, em 2008 o então mandatário realizou visitas oficiais a Costa Rica, Cuba e Peru e em 2010 veio ao Brasil.

Em novembro de 2008, a RPC publicou seu primeiro documento governamental sobre América Latina e Caribe, chamado *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. O documento enfatizou a importância da América Latina e Caribe definindo-a como uma parte importante do mundo em desenvolvimento e uma força importante na arena internacional (SHOUJUN, 2016). O Livro Branco enumerou os objetivos da política da China em relação a esta região, que abrange quatro campos de ação: político, econômico, cultural e social. Contudo, de acordo com Shoujun Cui (2016), o documento lançado em 2008 ainda não apresentava uma clara ideia em relação à complexidade e diversidade da região latino-americana.

Com a intensificação das relações, a China percebeu a complexidade e a diversidade dos países da América Latina, o que resultou em uma política chinesa





mais atenta às peculiaridades de seus interlocutores. Tal mudança iniciou quando da primeira visita do novo presidente Xi Jinping que, já no seu primeiro ano na liderança da RPC, viajou à América Latina e Caribe visitando três países: Trinidad e Tobago, Costa Rica e México. Durante a visita, foram assinados mais de 25 acordos. A partir de 2013, Xi Jinping e o Primeiro Ministro Li Keqiang visitaram a região latino-americana cinco vezes, assinando mais de 280 acordos com 11 países (GARZÓN; RANDOMSKI, 2016, 2016).

O presidente Xi Jinping realizou nova viagem em julho de 2014, visitando Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba. A terceira viagem ocorreu em novembro de 2016, quando foram assinados acordos com Equador, Peru e Chile. Ambas as visitas se caracterizaram por decisões importantes tomadas pelas duas partes, visando aprofundar a cooperação e o desenvolvimento mútuo.

Com efeito, durante a segunda visita de Xi Jinping, em julho de 2014, foi realizada a primeira Cúpula de Líderes da China e países da CELAC (Comunidade de Estados da América Latina e Caribe). Nesta ocasião, foi assinada Declaração Conjunta que anunciou a inauguração oficial do Foro China-CELAC e a convocação de sua primeira reunião ministerial para o ano seguinte, a ser realizada em Pequim (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2018). Também foi anunciado o projeto de criação de um Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe (2015-2019), com a finalidade de aumentar os vínculos e a cooperação entre as duas regiões em áreas estratégicas como comércio, alta tecnologia, energia limpa e renovável, infraestrutura, desenvolvimento social e sustentável, entre outras.

De acordo com Shoujun Cui (2016), a criação desta plataforma multilateral é fundamental para a China, pois permite seu envolvimento nos assuntos da região no âmbito de uma organização que exclui Estados Unidos e Canadá. No ano seguinte, em julho de 2015, aconteceu a primeira reunião ministerial do Foro de Cooperação China-CELAC. O evento teve particular importância, pois evidenciou a necessidade de a América Latina participar das iniciativas chinesas na região. De acordo com Shoujun Cui:

O desafio mais urgente da América Latina na próxima década é atrair investimentos estrangeiros diretos e receber apoio financeiro para avançar em projetos sociais e de infraestrutura pública, com o objetivo de modernizar as plataformas industriais e de serviços da região, como afirmou o presidente Rafael Correa, do Equador, no dia anterior à inauguração deste encontro. Ele também destacou que, apesar da vontade da China de





promover a cooperação, a América Latina precisa elaborar uma agenda de desenvolvimento específica (SHOUJUN, 2016, p. 4-5, tradução nossa¹¹)

A terceira visita de Xi Jinping, realizada em novembro de 2016, também foi caracterizada por três fatos relevantes: 1) a assinatura do primeiro acordo de Cooperação Ambiental entre China e Peru, o primeiro deste tipo entre os acordos assinados com países da América Latina; 2) o anúncio do presidente Xi Jinping de iniciar diálogos sobre proteção ambiental a partir de 2017 e, por último mas não menos importante, o lançamento do Segundo Livro Branco do Governo sobre América Latina e Caribe. Tal documento apresenta a Nova Política da RPC para a região latino-americana e caribenha (STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA^b, 2016).

Primeiramente, o Livro apresenta o plano de cooperação “1 + 3 + 6”, plano que havia sido mencionado no precedente Foro China-CELAC. O número um (1) se refere a um único plano para toda a região, o número três (3) se refere às modalidades de cooperação regional, a saber: comércio, investimento e cooperação financeira. O número seis (6) se refere às áreas específicas às quais a China pretende dar prioridade: energia e recursos naturais; desenvolvimento de infraestrutura; agricultura; indústria; inovação científica e tecnológica, além de tecnologia da informação. Em seguida, é apresentado o modelo 3X3 designando ênfase nos setores de logística, eletricidade e tecnologia da informação, permitindo a cooperação entre empresas, sociedade e governos e ampliando os fundos provenientes empréstimos de crédito e seguros (STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA^b, 2016).

Os Livros Brancos reiteram a importância que os 5 princípios de Coexistência Pacífica têm para a política externa chinesa. Este arcabouço conceitual foi concebido na conjuntura dos movimentos de descolonização e da Conferência de Bandung (1955). Os princípios foram cunhados pelos primeiros ministros da Índia e da China, Jawaharlal Nehru e Zhou Enlai, respectivamente. Os Princípios da Coexistência Pacífica são: 1) Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; 2) Não agressão mútua; 3) Não interferência nos assuntos internos

11 Texto original: “Latin America’s most pressing challenge in the decade to come is to attract foreign direct investment and to receive financial support in order to advance social and public infrastructure projects, targeted at upgrading the region’s industrial and services platforms, as President Rafael Correa of Ecuador stated in Beijing the day before the inauguration of this meeting. He also pointed out that despite China’s willingness to cooperate, LAC needs to elaborate a specific development agenda.”





de outros Estados; 4) Igualdade e cooperação para benefícios mútuos e, por fim, 5) coexistência pacífica (ONU, 1958, p. 70).

Por outro lado, o Livro Branco de 2016 apresenta novos elementos que não apareciam no documento precedente. No prefácio, menciona-se o Ressurgimento da Nação Chinesa, conceito este que foi inaugurado por Xi Jinping como lema de seu mandato, além de apresentar as duas metas centenárias para 2020 e 2050. Até 2020 a China se propõe a construir uma sociedade moderadamente próspera; até 2050 o Partido Comunista pretende transformar a China em um país socialista moderno, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso.

O novo documento aglutinou em suas páginas os avanços alcançados na cooperação entre China e as regiões da América Latina e do Caribe, sobretudo durante os primeiros anos de governo de Xi Jinping. Ao final aparece uma seção inédita que trata da Cooperação Internacional. Nesta parte abrangem-se novos tópicos, tais como Assuntos Políticos Internacionais, Governança Econômica Global, Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Resposta às Mudanças do Clima e Segurança Cibernética. O novo Livro Branco apresenta, portanto, propostas de trabalho mútuo, que refletem tanto a transição de modelo econômico que a China está enfrentando internamente quanto um novo modelo de cooperação entre os países da América Latina e Caribe a China (STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA^b, 2016).

Conforme Shoujun Cui (2016), uma dimensão importante, que deve ser enfatizada nas parcerias de cooperação sul-sul, são os projetos de infraestrutura financiados pela China. Por infraestrutura entendem-se as estruturas básicas que facilitam a atividade econômica. Trata-se de um setor deficitário na América Latina e que poderia ser compensado pelo capital chinês e pelo conhecimento tecnológico do gigante asiático.

O acumulado dos investimentos estrangeiros diretos da China na América Latina, no período de 2000-2017, foi de US\$ 109.1 bilhões de dólares. De 2011 a 2017, 61 % destes fundos se destinaram a fusões e aquisições de companhias na região, tendência que vem crescendo. Em 2017, estima-se que 90% dos investimentos estrangeiros diretos da China se destinaram a fusões e aquisições na América Latina (DUSSEL-PETERS^b, 2018, p. 3).

No que diz respeito ao financiamento, a China emitiu fundos na ordem de US\$ 12 bilhões em ajuda para o desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, no período de 2004-2014, seguindo taxas preferenciais. Adicionalmente, o país emitiu





mais de US\$ 150 bilhões em empréstimos para os países da região, entre 2005–2017, remunerados a taxas de juros compatíveis com os níveis do mercado internacional de capitais (US-CHINA ECONOMIC SECURITY REVIEW COMMISSION, 2018, p. 12).

Sob o ponto de vista político, onze dos dezessete países da região ainda reconhecem Taiwan como um território sob domínio da RPC: na América do Sul, Paraguai; no Caribe, Haiti, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, e na América Central, Belize, Guatemala, Honduras, e Nicarágua.

Em junho de 2017, o Panamá anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, sinalizando uma vitória para a *One China Policy*. É notória a importância estratégica deste país devido ao Canal do Panamá, caminho privilegiado de ligação entre Oceano Pacífico e Oceano Atlântico, mas que desde o início do século XX esteve sob a influência dos Estados Unidos. Apenas em 1999, o Panamá conseguiu de volta o controle do Canal. Atualmente, a China é o seu segundo usuário mais importante. O estreitamento das relações diplomáticas entre os dois países facilita o projeto de projeção global da China. Neste sentido, o acesso ao Canal do Panamá e a Ferrovia bioceânica Brasil-Peru, que será abordada na próxima seção, representam as principais rotas da projeção chinesa na América Latina e o Caribe.

Estudo de caso: Corredor Bioceânico Brasil, Bolívia e Peru

Os investimentos em infraestrutura, nomeadamente marcados a partir do ano de 2013, inauguraram uma nova fase dos investimentos chineses na América Latina. Dussel-Peters diferencia o caráter destes investimentos em relação ao investimento estrangeiro direto realizado por empresas chinesas, visto que a construção de infraestrutura é essencialmente uma prestação de serviço. Em contrapartida, o país receptor se compromete com o pagamento de juros pelo financiamento, além de herdar a propriedade da obra realizada. O financiamento pode ser realizado por bancos públicos ou privados, sendo direcionado para diversos setores, como: transporte, energia, telecomunicações, entre outros (DUSSEL-PETERSb, 2018).

Os maiores projetos de infraestrutura a serem realizados pela China na América Latina são os corredores bioceânicos, que visam à conectividade entre os Oceanos Pacífico e Atlântico. A consolidação de tais projetos reduziria os custos logísticos associados ao transporte de matérias-primas e *commodities* para a China. Estes recursos são necessários para a manutenção do ritmo de desenvolvimento da economia chinesa, além de contribuírem para a base de recursos materiais de



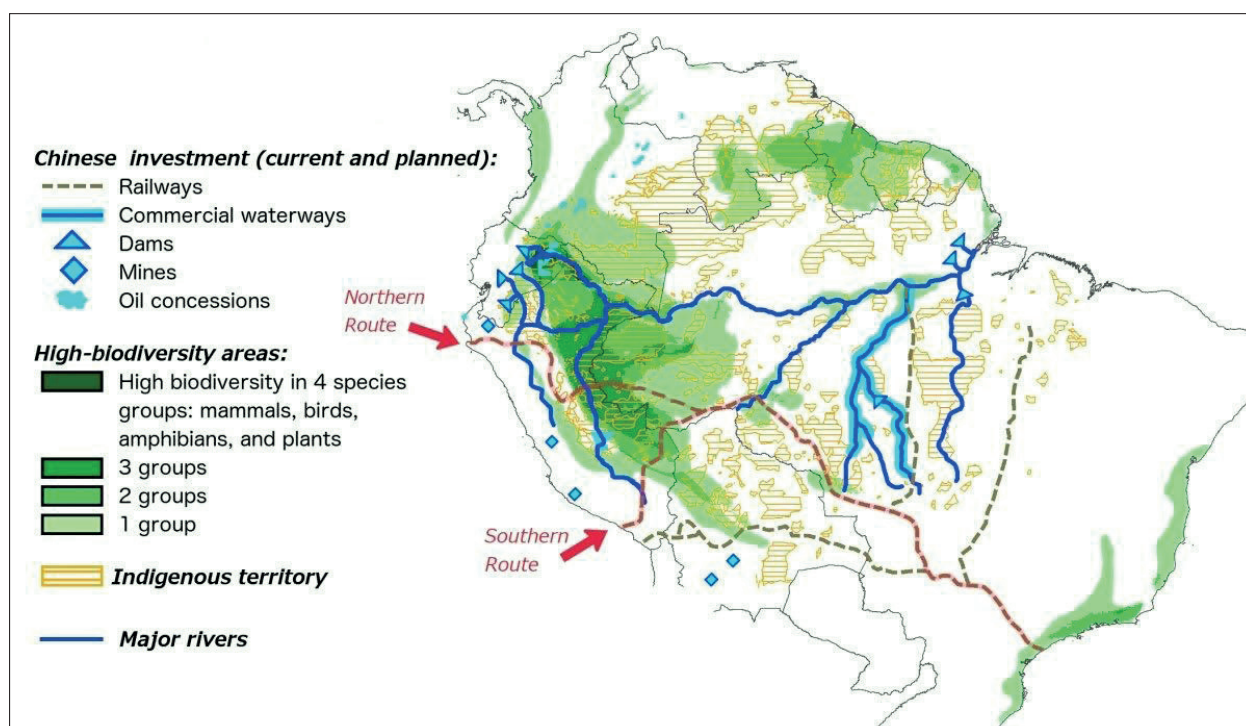
poder da RPC. Segundo Rocha e Bielschowsky (2018), mais de 70% da pauta de importação de produtos latino americanos rumo à China são compostos por soja, petróleo, minério de ferro e cobre.

Existem três principais projetos para corredores bioceânicos na América Latina, nomeadamente: 1) o corredor bioceânico entre Brasil, Bolívia e Peru, consolidado através de ferrovias; 2) o corredor bioceânico do eixo de Capricórnio, passando pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai, igualmente consolidado pela construção de malha ferroviária; 3) o corredor bioceânico da Nicarágua, que seria consolidado através da construção de um canal. Este artigo aborda o corredor bioceânico entre Brasil, Bolívia e Peru, devido ao fato de que este foi o primeiro eixo com investimentos anunciados pela China nesta categoria.

O custo estimado do trajeto que passa pelo Brasil é da ordem de R\$ 40 bilhões. A ferrovia começa no Rio de Janeiro, passando pelos estados brasileiros de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, chegando ao Oceano Pacífico, através do Peru. Sob a perspectiva da China, este seria um importante acesso para o Oceano Atlântico. Projetos de infraestrutura como este têm o potencial de reduzir os custos de exportação de produtos importantes para o comércio bilateral entre Brasil e China, tais como o cobre, a soja e o minério de ferro (HIRATUKA, 2018).

A Figura 3 abaixo sintetiza o projeto da ferrovia bioceânica:

Figura 3 – A ferrovia bioceânica entre Brasil, Bolívia e Peru



Fonte: RAY; GALLAGHER; LÓPEZ; SANBORN (2015).



A ferrovia bioceânica possui capital conjunto de Brasil, Alemanha, China, Peru e Bolívia. No que diz respeito à sua capacidade operacional, destaca-se:

A projeção da demanda para 2025 é de transporte de 14,5 milhões de toneladas rumo ao Oceano Pacífico e de 8 milhões de toneladas ao Atlântico. Para 2030, os números seriam de 31,3 milhões de toneladas para o Pacífico e de 19,3 milhões de toneladas para o Atlântico (SENADO NOTÍCIAS, 2017).

Segundo o projeto apresentado pela China, o trecho brasileiro da ferrovia possuiria aproximadamente 3.5 mil quilômetros. Contabilizando os dois eixos mencionados, o projeto deverá totalizar 5.3 mil quilômetros de extensão. Autoridades brasileiras afirmaram estar convencidas da viabilidade do projeto apresentado pelo China Railway Eryuan Engineering Group Co (SENADO NOTÍCIAS, 2017).

Uma rota central foi recentemente adicionada ao projeto da ferrovia bioceânica, passando pelo território do Brasil e da Bolívia, não incluindo o Perú. O Governo boliviano conduziu estudos demonstrando que este eixo da ferrovia teria 3.750 quilômetros de extensão, acarretando US\$ 7.5 bilhões em custos, se comparado com uma extensão de 4.400 quilômetros e US\$ 10 bilhões de custos no trecho norte, que passa pelo Peru. O Governo da Bolívia se manifesta crescentemente disposto a levar adiante as negociações da ferrovia. (HIRATUKA, 2018). Por outro lado, o Governo peruano demonstra inquietações em relação aos custos da ferrovia em seu território, devido ao fato de que o trecho passa por locais de altitude elevada, aumentando os riscos operacionais e de construção (ALVAREZ, 2015).

Ressalta-se que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que as economias da América Latina deveriam investir 6.2% do seu PIB no setor de infraestrutura para satisfazer a demanda regional do período de 2010-2020, sendo que a média do investimento regional se encontra em 2.7% do PIB (CEPAL, 2014). Neste sentido, torna-se importante a diversificação de parcerias estratégicas com outros países, no sentido de atrair investimentos para a construção de infraestrutura na América Latina.

Os entraves para o projeto da ferrovia bioceânica incluem a conjuntura de crise econômica e política no Brasil, além da dificuldade de coordenação de posições em relação a detalhes técnicos com os países vizinhos. Devido aos custos econômicos envolvidos na construção de uma ferrovia que corta regiões com diferentes climas e relevos, o projeto se encontra nos seus estágios iniciais. Por fim, cogita-se a construção gradual de partes do projeto, começando pelo território brasileiro.





Devemos enfatizar que cada país latinoamericano possui as suas próprias características econômicas, políticas e sociais e isto dificulta uma análise de projetos que não estejam sendo conduzidos por vias bilaterais. Projetos que envolvam três ou mais países serão um desafio para a cooperação regional no futuro. Outros riscos a serem considerados incluem a possibilidade de endividamento excessivo em relação ao capital aportado pela China, sobretudo nas economias de menor porte, fator que poderá produzir uma relação assimétrica nas negociações.

Adicionalmente, os riscos ambientais dos projetos chineses devem ser estudados e dimensionados. A América Latina possui diferentes zonas ricas em biodiversidade, tal como o bioma amazônico, que devem ser preservadas. Esta riqueza poderá se tornar um dos importantes caminhos para o desenvolvimento regional nas próximas décadas. Assim, a construção de infraestrutura deve ser conduzida com muita cautela, de modo a não prejudicar os biomas locais.

Por fim, a construção de infraestrutura que estimule apenas a exportação de um maior volume de *commodities* pode acentuar a situação de dependência da região em relação a outros atores da economia global (JENKINS; BARBOSA, 2012; POWELL, 2016). Este fato poderia reproduzir padrões de trocas desiguais, nas quais as nações latinoamericanas exportariam *commodities* e outros produtos de menor valor agregado e importariam, sumariamente, bens industriais e de alto valor provenientes da China. Esta questão já foi abordada por diversos autores¹² e este artigo não visa entrar nesta discussão, mas apenas sinalizar que a aproximação com a China deve ser realizada de forma estratégica.

Conclusão

O presente artigo abordou a inserção internacional da China rumo à América Latina e as potencialidades aportadas pela integração da região junto à Belt and Road Initiative. A dimensão global de tal projeto pode ser mais bem compreendida se analisada no quadro da expansão geopolítica e geoeconômica chinesa, que não está limitada apenas à massa terrestre eurasiática e ao continente africano, mas alcança igualmente o continente latino-americano e a região caribenha.

Os investimentos da China na América Latina podem ser enquadrados no contexto da busca por recursos naturais. A China vem empreendendo esforços para

12 Para maiores informações ver CEPAL (2018) e Rhys Jenkins e Alexandre Barbosa (2012).





internacionalizar a sua moeda e as suas empresas, de modo a abrir mercados para seus produtos, além de facilitar o escoamento de recursos que sejam necessários para a manutenção do ritmo de crescimento de sua economia no médio e no longo prazos. Neste contexto, a posse de recursos energéticos constitui um fator de poder e de influência (KLARE, 2013; KROEBER, 2016).

A principal conclusão deste artigo é que a aproximação da China com a América Latina é substancial no que tange à exportação de recursos naturais estratégicos para a China. Neste sentido, os países da região têm a potencialidade de realizar negociações com vistas a atrair investimentos em infraestrutura, domínio no qual os chineses possuem conhecimento técnico e experiência e no qual a América Latina é deficitária.

As fontes consultadas demonstram que a ação da região como um conjunto integrado teria maior respaldo e concentraria mais influência para a condução de negociações com a China. Destaca-se que enquanto a China possui um *policy paper* para guiar a sua atuação e inserção na América Latina, o Brasil e os demais Estados da região não produziram documento similar ou uma estratégia regional conjunta, visando articular os seus interesses em relação à atuação chinesa.

O Fórum de Cooperação China-CELAC foi estabelecido formalmente no ano de 2014, visando estimular a cooperação multilateral. Entretanto, no âmbito da Belt and Road Initiative, a China costuma realizar negociações bilaterais com os países receptores dos investimentos em infraestrutura. Esta característica da política externa chinesa poderá dificultar a coordenação dos países latinoamericanos em uma estratégia comum de desenvolvimento, considerando a diversidade e o grande número de atores envolvidos.

É mais provável que sejam estabelecidos múltiplos grupos de países cooperando nas negociações com a China em diferentes coligações. Esclarecendo esta afirmação, é possível imaginar uma conjuntura na qual exista uma postura estratégica sendo defendida pelo conjunto dos países do Mercosul, outra pelos países da América Central e do Caribe e ainda outra postura estratégica divergente no que diz respeito aos países que pertencem à Aliança do Pacífico.

Sob as lentes da geopolítica, é possível afirmar que os investimentos da China visam ganhos para ambas as partes, mas visam igualmente a projeção de influência. Auxiliar países menos desenvolvidos economicamente pode ser visto como uma estratégia para a construção de influência. Ao final do seu artigo seminal e em obras posteriores, Mackinder (1943) cita a possibilidade de a China exercer influência preponderante sobre a *Heartland* o que possibilitaria a consolidação definitiva da sua articulação simultaneamente como uma potência terrestre e marítima (MACKINDER, 1943; 2004). Este fato consolidaria o repositório de recursos de poder da China, de modo a permitir a influência preponderante deste





país em escala global. As afirmações do autor encontram ressonância nas ações que consolidam a Belt and Road Initiative.

O investimento no Corredor bioceânico que perpassa o Brasil, a Bolívia e o Peru pode ser visto, através da geopolítica, como importante passo para a consolidação da influência chinesa na região, assegurando o aporte de recursos naturais necessários para a manutenção do ritmo de desenvolvimento de sua economia no longo prazo, tais como minério de ferro, nióbio, cobre, soja entre outros. Este seria um componente estratégico para o posicionamento regional da China nas próximas décadas, consolidando-se como importante ator nos âmbitos do comércio marítimo e terrestre, fator que seria viabilizado pela malha ferroviária construída e, possivelmente, operada por empresas chinesas.

Não podemos afirmar que exista uma esfera de influência regional da China na América Latina de forma plenamente consolidada. Não obstante, a continuidade da Belt and Road Initiative poderá gerar impactos neste sentido, através do crescimento da influência chinesa que se consolida através de vínculos econômicos e políticos.

O presente artigo não pôde abarcar toda a diversidade dos países latino-americanos e caribenhos, mas contribui para o debate acerca dos impactos geopolíticos dos investimentos chineses, através do estudo de caso do corredor bioceânico Brasil-Bolívia e Perú. Novas pesquisas podem ser conduzidas mediante a análise dos casos dos demais corredores bioceânicos que estão em fase de negociação e consolidação. Ou, ainda, podem ser desenvolvidas novas pesquisas que abordem mais especificamente o aspecto quantitativo e setorial dos investimentos estrangeiros diretos e do financiamento para o desenvolvimento que são empreendidos pela China na região.

Referências

- ALVAREZ, Thomas David. *The Twin Ocean Project: South America Transcontinental Railroad*. Washington D.C: *Council on Hemispheric Affairs*, 2015. Disponível em: < <http://www.coha.org/the-twin-ocean-project-south-americas-transcontinental-railroad/> > . Acesso em: 02 out. 2018.
- BANCO MUNDIAL (a). *Belt and Road Initiative Briefing*. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative> > . Acesso em: 01 dez. 2018.
- BECARD, Danielly Silva Ramos; LUZ, Arnaldo José Da. Presença da China na América Latina: contribuições para o desenvolvimento da região. Porto Alegre: *Ciências & Letras*, n. 48, p. 77-96, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> > . Acesso em: 23 abr. 2018.





- BENNETT, Andrew. Case Study Methods: design, use and comparative advantages. In: SPRINZ, Detlef, WOLINSKY, Yael. *Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods*. University of Michigan Press, 2004, Cap. 2, p. 19-55.
- BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. London: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. United States: Basic Books, 1997.
- CESARIN, Sergio. The Relationship between China and Latin America: Realities and Trends In: ARNSON, C.; MOHR, M.; ROETT, R. (Org.). *Enter the dragon: China's presence in Latin America*, Washington: Woodrow Wilson International Center, 2007. Disponível em: < <https://www.wilsoncenter.org/publication/enter-the-dragon-chinas-presence-latin-america> > . Acesso em: 27 ago. 2018.
- CIDADE, Lucas, R A *(re)ascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas: consequências do processo de regionalização da América do Sul (Economia Política Internacional e Relações Internacionais)*, 2016. 205 p. Dissertação — Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.
- COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: the Geography of International Relations*. United Kingdom: Rowman and Littlefield, 3 ed., 2015.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Latin America and the Caribbean and China: towards a new era of economic cooperation*. CEPAL, Chile, 2015. Disponível em: < https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/s1500388_en.pdf > . Acesso em: 08 mar. 2019.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades e desafíos*. CEPAL. Chile, 2016, 55p. Disponível em: < <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40743-relaciones-economicas-america-latina-caribe-china-oportunidades-desafios> > . Acesso em: 20 fev. 2019.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *The Economic Infrastructure Gap and investment in Latin America*. Vol. 332, N. 4, 2014. Disponível em: < http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37381/S1500152_en.pdf;jsessionid=D02C0DCB0CE4E4903184BEFE1C864D19?sequence=7 > . Acesso em: 05 out. 2018.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio. Textos seleccionados del período 2008-2018*. Santiago: United Nations Press, 2018. Disponível em: < <https://www.cepal.org/en/node/46162> > . Acesso em: 05 set. 2018.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). *China: Direções Globais de investimentos*. São Paulo: Apex Brasil, 2018. Disponível em: < <https://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/> > . Consultado em: 07 mar. 2019.





- COSTA LIMA, Marcos; HELENA FERREIRA DA SILVA, Joyce. Da modernidade pós-colonial e das relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 5, n. 9, p. 26-53, dez. 2016. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/5855> > . Acesso em: 18 dez. 2018.
- DUSSEL-PETERS, Enrique (a). *Rede America Latina-China: Monitor dos Investimentos Estrangeiros Diretos da China na América Latina em 2018*. Disponível em: < http://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters_MonitorOFDI_2018_Eng.pdf > . Acesso em: 11 nov. 2018.
- DUSSEL-PETERS, Enrique (b). In. ARMONY, Ariel C. SHOUJUN, Cui. *Building development for a New Era: China's Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean*. Asian Studies Center, Center for International Studies, University of Pittsburgh e Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.
- FERDINAND, Peter. Westward Ho — The China Dream and the One Belt One Road: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*: 92 (4), p. 941-957, 2016. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2346.12660> > . Acesso em: 14 dez. 2018.
- GARZÓN, Paulina; RADOMSKI, Júlia. La visita del Presidente Xi Jinping a Ecuador, Perú y Chile. Iniciativa para las Inversiones Sustentables China-América Latina (IISCAL) *Boletín n. 9*. Dezembro 2016. Disponível em: < <http://www.bankinformationcenter.org/wp-content/uploads/2016/12/9-Boletin-IISCAL-v11.pdf> > . Acesso em 15 out. 2017.
- GUZZINI, Stefano. Re-reading Weber, or: The three fields for the analysis of power in International Relations. Danish Institute for International Studies, Working Paper n. 29, 2007, p. 1-33. Disponível em: < http://pure.diis.dk/ws/files/56391/Guzzini_WP_DIIS_2007_29_.pdf > . Acesso em 01 fev. 2018.
- HARRISSON, Helena; BIRKS, Melanie; FRANKLIN, Richard & MILLS, Jane. Case Study Research: Foundations and Methodological Orientations. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 18(1), Art. N. 19, 2017. Disponível em: < <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1701195> > . Acesso em: 20 jan. 2019.
- HAST, Susana. *Spheres of Influence: history, theory and Politics*. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, 2014.
- HIRATUKA, Celso. Chinese infrastructure projects in Brazil: two case studies, p. 122-143. In. DUSSEL-PETERS, Enrique. ARMONY, Ariel C. SHOUJUN, Cui. *Building development for a New Era: China's Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean*. Mexico City: Asian Center for International Studies, University of Pittsburgh and Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, 2018.
- JENKINS, Rhys e BARBOSA, Alexandre. Fear for Manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. Cambridge: *The China Quarterly*, volume 209:





- p. 59-81, 2012. Disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/fear-for-manufacturing-china-and-the-future-of-industry-in-brazil-and-latin-america/F2BC3B21C3B333272CE1ABE99835AC08> > . Acesso em: 07 nov. 2018.
- JI, Miao. Expectations and Realities: managing the risks of Belt and Road Initiative. *China Quarterly of International Strategic Studies*, Vol. 1, No. 3, p.497-522, 2015. Disponível em: < <https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S2377740015500244> > . Acesso em: 02 nov. 2018.
- KAPLAN, Robert D. *The Revenge of Geography: what the world map tells us about the upcoming conflicts*. New York: Random House Trade Paperbacks, 2012.
- KLARE, Michael. T. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Picador, 2013.
- KROEBER, Arthur R. *China's Economy: what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2016.
- MACKINDER, Halford J. *Round World and the Winning of Peace*. Foreign Affairs; American Quarterly Review, 21:1/4, 1943.
- MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History (1904). *The Geographical Journal*, Vol. 170, N. 4, Royal Geographical Society, 2004, p. 298-321. Disponível em: < https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf > . Acesso em: 15 jul. 2018.
- MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. United States: Dover Edition, 2004.
- MEYER, Christine Bennedict. A Case in Case Study Methodology. *Field Methods*, Vol. 13, No. 4, November 2001 329–352. Disponível em: < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.461.5170&rep=rep1&type=pdf> > . Acesso em: 01 de nov. 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (a). *Declaração de Santiago: CELAC-China: Working for more development, innovation and cooperation for our peoples*, 2018. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Declaration-of-Santiago--II-CELAC-China-Forum-FV-22-01-2018.pdf> > . Acesso em: 02 mar. 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (b). *CELAC and china joint plan of action for cooperation on priority areas (2019-2021)*, 2018. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Joint-Action-Plan-II-CELAC-China-Forum-FV-22-01-18.pdf> > . Acesso em: 02 mar. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*. Serie de Tratados das Nações Unidas, vol. 299, Genebra, 1958. Disponível em: < <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20299/v299.pdf> > . Acesso em: 28 Ago. 2017.





- PEREIRA, Francisco Denes; CARVALHO, Elcio Aparecido. A presença do “Dragão” na África e na América Latina: O lugar da Cooperação Sul-Sul na Política Externa da China. *Revista Intellector*, CENEGRI, v. 12, n. 23, p. 65-81, Set. 2015. Disponível em: < <http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/9> > . Acesso em: 09 maio 2018.
- PETERSEN, Alexandros. *The World Island: Eurasian geopolitics and the Fate of the West*. Oxford: Praeger Security International, 2011.
- POWELL, Dawn E. China-Brazil Economic Relations: too big to fail?. In. MYERS, Margaret and WISE, Carol. *Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millenium*. New York: Routledge, 2016.
- RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin; LÓPEZ, Andrés and SANBORN, Cynthia. *China in latin America: lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development*. Boston: Boston University Global Economic Governance Initiative, 2015. Disponível em: < <http://www.bu.edu/pardeeschool/research/gegi/program/area/chinas/global/reach/chinas/global/reach/environment/and/development/working/group> > . Acesso em: 16 Set. 2018.
- RODRIGUEZ, Ivana. *A complexa influência Chinesa na América Latina: desafios e oportunidades para a região*. Dissertação (Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Nacional de Lisboa, Lisboa, 120 p., 2016. Disponível em: < <https://run.unl.pt/handle/10362/20183> > . Acesso em: 15 mai. 2018.
- ROLLAND, Nadège. *China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative*. Washington: National Bureau of Asian Research, 2017.
- SARVÁRI, Balász. SZEIDOVICZ, Anna. The Political Economics of the New Silk Road. *Baltic Journal of European Studies*, Vol. 6, N. 1 (20), 2016, p. 3-27. Disponível em: < <https://content.sciendo.com/view/journals/bjes/6/1/article-p3.xml>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- SENADO NOTÍCIAS. *Ferrovias bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública*, 18 de abril de 2017. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica> > . Acesso em: 03 out. 2018.
- SHOUJUN CUI. Introduction: Sino-Latin American Relations in Strategic Transition and China's New Commitments to LAC and Its Geopolitical Implications. In: Shoujun Cui; Garcia, Manuel P. *China and Latin America in Transition: Policy Dynamics, Economic Commitments, and Social Impacts*. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 1-34.
- STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA. *Action Plan on the Belt and Road Initiative*, 2015. Disponível em: < http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm > . Acesso em: 16 ago. 2018.





- STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA (a). *Report on the Work of the Government Pequim*: Xinhua, 2016. Disponível em: < http://english.gov.cn/premier/news/2016/03/17/content_281475309417987.htm > . Acesso em: 16 ago. 2018.
- STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (b). *Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. Pequim*: Xinhua, 2016. Disponível em: < http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm > . Acesso em: 26 jul. 2018.
- THE ECONOMIST (a). *Our Bulldozers, our Rules*. 2016. Disponível em: < <http://www.economist.com/news/china/21701505-chinas-foreign-policy-could-reshape-good-part-world-economy-our-bulldozers-our-rules> > . Acesso em: 07 jul. 2018.
- THE ECONOMIST (b). *One Belt, One Road — An Economic Roadmap*. Corporate Network, 2016.
- US-CHINA ECONOMIC SECURITY REVIEW COMMISSION. *China's Engagement with Latin America and the Caribbean*. Disponível em: < https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%27s%20Engagement%20with%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean_.pdf > . Acesso em: 10 dez. 2018.
- XI JINPING. *The Governance of China Vol. II*. Foreign Languages Press Co. Beijing: Beijing Press, 2017.
- XUETONG, Yan. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, Volume 7, edição 2, 2014, p. 153–184. Disponível em: < <https://academic.oup.com/cjip/article/7/2/153/438673/From-Keeping-a-Low-Profile-to-Striving-for> > . Acesso em: 26 set. 2018.

